



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

## **Relatório-síntese das plenárias do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal sobre a Crise Hídrica<sup>1</sup>**

O Distrito Federal vem enfrentando, desde o início do segundo semestre de 2016, uma inédita situação de déficit hídrico, resultado da somatória de fatores conjunturais, culturais, estruturais e de gestão. Em função da crise, o CRH priorizou, nos últimos sete meses, o debate permanente com os conselheiros nas reuniões plenárias com vistas a atualizar e compartilhar informações e diagnósticos, recomendações e propostas dos (e aos) diferentes atores que integram o sistema de recursos hídricos, sejam de governo ou do setor privado. Este relatório sintetiza os principais debates e recomendações feitos nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, realizadas entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017<sup>2</sup>.

De acordo com dados do INMET, apresentados no CRH, em fevereiro, as chuvas nos últimos dois anos consecutivos (2015 e 2016) têm caído em volume bastante inferior à média histórica de 1.550 mm (10 anos). Em 2015 a média de chuvas no DF foi de 1.250 mm e em 2016 foi de 1.190 mm. Em janeiro deste ano (2017), por exemplo, choveu menos de 150 mm, sendo que a média histórica é de 250 mm. Há um déficit absoluto de mais de 500 mm nos índices de chuva acumulada nos últimos 13 meses em relação à média climatológica.

Além de cair em menor volume, a distribuição das chuvas no território neste mesmo período tem sido muito heterogênea, o que tem afetado também a reservação de água. Tem chovido bem menos do que a média nas sub-bacias hidrográficas dos dois principais reservatórios do DF (Descoberto e Santa Maria), que juntos abastecem quase 85% da população. Essa alteração no regime de chuvas (quantidade média e distribuição territorial) somada aos demais fatores a seguir apontados colocaram o Distrito Federal em uma crise hídrica sem precedentes na sua história.

O crescimento populacional verificado em Brasília, de acordo com o IBGE, foi, nos últimos dez anos, superior a 2% ao ano. Esse crescimento populacional impacta na demanda por água. São cerca de 55 mil habitantes a mais por ano (população correspondente a uma cidade de Brazlândia) consumindo água e lançando esgoto no sistema (no solo, ou nos rios).

A grilagem de terras públicas e a histórica ocupação irregular do solo, resultante do descaso e omissão de governos anteriores, inclusive sobre áreas de proteção de mananciais, unidades de conservação, áreas de recarga de aquífero, de preservação permanente, de nascentes e matas

---

<sup>1</sup> Este relatório-síntese, de autoria do Presidente do CRH-DF, Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, André Lima, foi finalizado em nove de março de 2017 e encaminhado aos membros do Conselho e ao Governador em 10/03. Tem por finalidade reunir em um único documento as análises, informações e propostas feitas ao longo de sete meses de debates em reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CRH entre 2016 e 2017. Este relatório foi elaborado com base nas anotações pessoais do Presidente do CRH e do exame detalhado de todas as atas das referidas reuniões.

<sup>2</sup> Este relatório não substitui as atas oficiais das referidas reuniões disponíveis na página web da Sema ([www.sema.df.gov.br](http://www.sema.df.gov.br)).



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

ciliares também agravaram sobremaneira a situação de déficit hídrico e de qualidade da nossa água. Nos últimos 25 anos, perdemos mais de 50% de nossa cobertura vegetal original. Tanto pelo crescimento urbano desordenado, como pela expansão agropecuária. O bioma cerrado como um todo na região Centro-Oeste também vem perdendo área significativa nos últimos 10 anos com taxas de desmatamento anuais superiores a 15mil km<sup>2</sup>. Essa grave e sensível alteração na infraestrutura ecossistêmica da região também afeta o clima regional e as chuvas locais.

A ocupação urbana irregular, que compromete a infraestrutura ambiental produtora de água, também resulta no furto de água do sistema, o que aumenta a contabilidade de perdas da Caesb, hoje superior à marca dos 35% (ou seja, 1/3 do que é captado e tratado se perde no sistema). Desses 35%, mais de 50%, de acordo com a Caesb, correspondem a furto feito em ocupações irregulares (com conseqüente desperdício de água, pois quem não paga, raramente economiza).

A falta de investimento nos últimos 20 anos no incremento de oferta de água tratada, a lentidão e as dificuldades burocráticas na implementação das obras de infraestrutura necessárias para garantir a ampliação da oferta e captação de água (Corumbá IV, Bananal e Paranoá, dentre outras) resultaram num total descompasso entre a oferta e a demanda de água, sobretudo na época de estiagem.

Há evidências científicas de aumento médio de temperatura nos últimos anos, sobretudo nas épocas de estiagem, o que tem feito a demanda por água aumentar progressivamente nessa época. Estas evidências foram publicadas recentemente pela Secretaria do Meio Ambiente na Nota Técnica Mudanças Climáticas no DF e RIDE (Novembro 2016). De 1961 para cá, as temperaturas máximas no Distrito Federal ficaram entre 0,85°C e 2,1°C mais quentes. Refletindo a mesma tendência, as temperaturas mínimas já aumentaram 2,3° C e as mínimas-mínimas, as menores temperaturas do ano, já estão 2,6°C mais quentes. As temperaturas mínimas médias subiram 1,85°C. Além disso, nos últimos 50 anos detectou-se uma diminuição na amplitude térmica entre mínimas e máximas: no inverno a diferença caiu 2,1°C e, no verão, 2,25°C.

Há também aumento na evaporação d'água nos reservatórios na época de estiagem. Há 50 anos o número de dias com umidade do ar inferior a 30% era de 24 dias/ano. Hoje, passa de 50 dias/ano. Estudos recentes coordenados pelo INPE, a pedido da Secretaria Geral da Presidência da República, indicam que no médio e longo prazos, mesmo nos cenários mais otimistas, haverá aumento de temperatura média, com redução na quantidade e alterações na frequência e intensidade de chuvas na região Centro-Oeste do Brasil.

A cultura de consumo irracional e perdulário de água infelizmente ainda é uma realidade encontrada como regra na capital do País, inclusive nas regiões onde predominam as camadas



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

socioeconômicas de maior renda, onde o consumo médio é bem superior ao recomendado pela ONU<sup>3</sup>. Há regiões como nos Lagos Sul e Norte onde o consumo médio por habitante é superior a 300 litros/dia, chegando a superar 500 litros/dia. Um cálculo simples considerando a população do DF indica que os 700 litros/s que a Caesb pretende captar emergencialmente no Paranoá representam um acréscimo de aproximadamente 20 litros por habitante/dia. Portanto, a falta ampla de educação e conscientização para o consumo racional e sustentável de água é sem dúvida mais um fator determinante para o agravamento da crise hídrica.

Durante quase duas décadas seguidas os órgãos responsáveis pela gestão hídrica e ambiental (federal e distrital) licenciaram centenas de grandes empreendimentos (inclusive setores habitacionais inteiros), intensivos no consumo de água, lastreando as licenças e outorgas na promessa futura de obras, até hoje inacabadas. A captação de Corumbá IV é um exemplo claro disso. O slogan “Água para 100 anos” é conhecido de todos os que acompanham o tema há mais de 15 anos<sup>4</sup>. As obras estão paralisadas por falta de investimento do Governo de Goiás e em função de supostos problemas de corrupção, investigados pela Polícia Federal.

Durante os debates no CRH também ficou evidente a expressiva falta de controle e de dados sobre a perfuração de poços em todo território rural e urbano. Hoje, o DF não tem um diagnóstico preciso e confiável de quantos poços existem e quanto consomem de água em média por dia na estiagem. Estímulos econômicos e base normativa para o uso de novas tecnologias indutoras de economia e de reúso de água cinza, captação e uso de águas pluviais, e outras tecnologias também foram bastante cobradas no CRH.

Desde agosto do ano passado, quando os níveis dos reservatórios (Descoberto e Santa Maria) começaram a cair mais criticamente, este conselho vem realizando reuniões de avaliação, debatendo o tema e encaminhando recomendações aos órgãos públicos e gestores das águas no DF. Foram até aqui seis reuniões plenárias (além de reuniões de subgrupos) onde conselheiros e convidados puderam debater abertamente com os gestores públicos, ministério público, academia, representantes de ONGs, de produtores rurais, do setor privado. Foi estabelecido no CRH um diálogo profícuo e efetivo entre os diferentes segmentos da sociedade e o governo em torno do tema.

Destaco abaixo as principais recomendações feitas nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CRH ocorridas entre agosto de 2016 e fevereiro de 2017:

- Contribuições sobre a resolução da Adasa, que tratou dos volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Em nome do CRH, apresentei em audiência pública da Adasa, ocorrida em agosto

<sup>3</sup> O recomendado pela ONU é 110l/hab/dia, e a média de consumo no DF é de 185l/hab/dia.

<sup>4</sup> Veja artigo do ex-Governador Joaquim Roriz publicado no Correio Braziliense, em 21 de agosto de 2004: <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=31369>



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

de 2016 a proposta de adoção de um critério mais rigoroso para definição do estado de alerta (passando de 30%, proposto originalmente pela Adasa, para 40%).

- Contribuições para as resoluções de outorga e de recarga de aquífero da Adasa que deverão ainda ser objeto de debate mais aprofundado na Câmara Técnica de Assessoramento do CRH<sup>5</sup>.
- Recomendação para revitalização e revestimento dos canais de irrigação no Descoberto, principalmente no Rodeador, que é o maior canal de irrigação do DF, onde é possível no curto prazo reduzir significativamente a perda de água do sistema na região e aumentar a vazão para o reservatório<sup>6</sup>.
- Recomendação para aumentar a efetiva proteção às áreas de recarga de aquífero, não somente nascentes e APPs, resgatando as Áreas de Proteção de Mananciais como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público<sup>7</sup>.
- Fortalecimento das ações de governo para o combate à grilagem de terras, sobretudo nas áreas de proteção de mananciais, de preservação permanente e de recarga de aquífero<sup>8</sup>.
- Demanda à Caesb para aumentar investimento na redução de perdas (físicas e por furto) de água no sistema<sup>9</sup>. Foi encaminhado requerimento aprovado pelo CRH à Adasa, em dezembro de 2016, para que esta exija da Caesb a apresentação de um plano estratégico com prazos, custos e fontes, estabelecendo metas e meios para superar a crise atual.
- Proposta de revisão nas regras de outorga para garantir um melhor e mais transparente controle e monitoramento pelo poder público e pela sociedade, e promover a urgente integração da emissão de outorga com o licenciamento ambiental<sup>10</sup>.
- Recomendação à Adasa para alterar o critério da taxa de contingência pelo racionamento para implantar maior progressividade na tarifa de contingência<sup>11</sup>.
- Demanda por total transparência e debate público para a destinação e o uso dos recursos da taxa de contingência<sup>12</sup>.

<sup>5</sup> Foi solicitado à Adasa que encaminhe o resultado das audiências públicas ocorridas sobre o tema no período.

<sup>6</sup> Medida que já vem sendo implementada pela Secretaria de Agricultura com apoio da Caesb e Emater.

<sup>7</sup> Conforme indica a minuta de PL do Zoneamento Ecológico-Econômico que vai à CLDF no mês de abril próximo.

<sup>8</sup> Medida que vem sendo adotada no âmbito do Comitê de Governança Territorial criado pelo Governador pelo Decreto 36.694 de 2015. Veja integra em: <http://migre.me/wc9eY>

<sup>9</sup> Caesb apresentou ao Comitê de Gestão do Território proposta de minuta de decreto que permita a cobrança pelo uso da água em casos de furto.

<sup>10</sup> Conforme proposta de minuta de Projeto de Lei aprovada pelo Comitê Político do ZEE, criado pelo Decreto Distrital 36.473 de 2015<sup>10</sup>, que será submetida à audiência pública no próximo dia 11 de março. Veja informações a respeito da minuta de Lei e audiência pública do ZEE em: <http://migre.me/wc9jy>

<sup>11</sup> Na visão de alguns conselheiros, inclusive do presidente do CRH, os maiores consumidores (que consomem em quantidade muito superior à média brasileira, que já é alta) deveriam pagar ainda mais (proporcionalmente) do que os que consomem pouco mais do que os 10mil l/mês. Também foi feita proposta no sentido de majorar o bônus aos consumidores que economizarem mais do que a média. Foi consenso nos debates no CRH de que a tarifa de contingência atualmente imposta não é eficaz para os grandes consumidores residenciais com melhores condições econômicas.

<sup>12</sup> Adasa realizou audiência pública para debater o uso desse recurso no dia sete de março <http://migre.me/wc9u9>.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

- Demanda por um programa robusto de recuperação do cerrado e de áreas de nascentes, matas ciliares e áreas prioritárias para recarga de aquífero e produção de água (APMs), com ênfase na bacia do Descoberto<sup>13</sup>.
- Garantir o controle efetivo sobre os poços em funcionamento e a abertura de novos poços em área urbana e rural (sobretudo nos finais de semana) e sobre os poços irregulares existentes, com aumento da fiscalização estratégica e a criação de um cadastro de empresas (e caminhões) que perfuram poços, com controle inclusive por GPS.
- Recomendação para ampliação do racionamento na região abastecida pelo reservatório Santa Maria<sup>14</sup>.
- Apoio à proposta de parceria da Adasa e do ICMBio com a Polícia Militar Ambiental, que possui um efetivo de 500 policiais, para fiscalização do uso irregular ou ilegal de água (ausência ou desrespeito às outorgas, abertura e operação de poços clandestinos, caminhões pipa irregulares, inclusive e, sobretudo nos finais de semana) nas áreas de proteção de mananciais e nas APAs do Descoberto e do Planalto Central.
- Promoção por meio de investimentos robustos com recursos de fundos públicos (Funam, FDR, Fundurb, FAP, FCO e outros) de incentivos econômicos para novas tecnologias de (re)uso de água. Proposta de que seja viabilizada a regulamentação, pela Adasa e Caesb, para viabilizar reúso de água (cinzas, de águas negras, de reúso de águas pluviais) nas edificações, e novas tecnologias menos intensivas em consumo de água em prédios e nas atividades industriais, residenciais e comerciais<sup>15</sup>.
- Recomendação à Caesb que elabore e dê total transparência aos dados de consumo desagregando-os por setor (residencial, comercial, agrícola e industrial), e região administrativa<sup>16</sup>.
- Iniciar o processo de revisão do PGIRH<sup>17</sup> à luz do cenário da crise hídrica, e produzir análise das lacunas, contradições e sobreposições de competências entre os principais órgãos que integram e instrumentos do Sistema Distrital de Recursos Hídricos.
- Proposta ao Governo do Distrito Federal para implantar ampla campanha de comunicação de massa (TV, Rádios e Jornais) para o uso consciente da água.

---

<sup>13</sup> Já está em fase de finalização o edital do Programa Piloto Recupera Cerrado (em parceria com Ibram, Terracap, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil), aprovado pelo Decreto Distrital 37.646 de 2016. Veja integra do Decreto em: <http://migre.me/wc9qS>

<sup>14</sup> Racionamento já iniciou desde 27 de fevereiro passado. Veja notícia em: <http://migre.me/wc9C1>

<sup>15</sup> O Funam aprovou investimento de mais de R\$ 1 milhão para subsidiar juros de crédito do BRB para tecnologias de economia de água para pequenas e microempresas e em concurso de iniciativas rurais, urbanas e empresariais sustentáveis com foco em economia de água.

<sup>16</sup> Para que todos possam conhecer em detalhes e por região quem são os maiores consumidores de água no DF e o que pode ser feito para racionalizar o consumo perdulário.

<sup>17</sup> Veja integra do PGIRH em vigor em: <http://migre.me/wc9Jb>



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

- Ampliar significativamente os esforços em educação ambiental (formal e informal) com foco em gestão e economia de água com ampliação dos investimentos que hoje são insignificantes nessa área<sup>18</sup>.
- Implementação de um sistema integrado de dados e informações sobre água e meio ambiente (integrar Siturb, SisAgua e Sisdia).
- Garantir a integração efetiva dos instrumentos jurídicos de planejamento territorial dentre os quais destacamos o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como base para revisão e aprovação de PDOT, LUOS, Lei de Permeabilidade do Solo, e dos instrumentos de licenciamento ambiental com outorga (integrando-os).
- Melhorar a articulação com o Governo Federal e de Goiás de modo a garantir ações integradas para o enfrentamento da crise hídrica, por exemplo, com a finalização das obras de Corumbá IV e o controle de outorgas e ocupação irregular do solo na bacia do Descoberto no lado goiano, inclusive a implantação do Parque Estadual do Descoberto naquele estado.
- Criação, no núcleo central do governo distrital, de um comitê ou instância de alto nível para a integração e coordenação de políticas e ações de governo para enfrentamento da crise hídrica<sup>19</sup>.

Registramos também um conjunto amplo de propostas de ação para o enfrentamento da crise hídrica encaminhado pelo Fórum de ONGs do DF aos conselheiros do CRH, algumas delas debatidas nas reuniões plenárias e listadas nos itens acima.

Este Conselho continuará monitoramento os desdobramentos da crise e envidará todos os esforços possíveis para fazer com que suas recomendações sejam atendidas e implantadas<sup>20</sup>.

Diante desse cenário, passou da hora de a sociedade brasiliense compreender a relevância e a magnitude da crise que estamos vivendo. É preciso mais do que uma reflexão profunda a respeito de como cada indivíduo, cada empresa, cada segmento da sociedade está lidando com esse recurso natural precioso e vital para a sobrevivência e a qualidade de vida de todos. É preciso atitude firme e adesão de toda sociedade nesse esforço comum pelo resgate da segurança hídrica no DF.

---

<sup>18</sup> Inclusive com investimentos dos recursos captados com a tarifa de contingência (mais de R\$ 9,5 milhões).

<sup>19</sup> Conforme já foi criado e viabilizou a elaboração do Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica que será apresentado na próxima reunião plenária do CRH remarcada para o dia 10/03 no Palácio do Buriti.

<sup>20</sup> Veja mais sobre CRH e crise hídrica em:

- Reunião do CRH em 08 de fevereiro <http://migre.me/wcYQv>
- Matéria TV Record sobre medidas emergenciais <http://migre.me/wcYTb>
- Combate a incêndios florestais em risco <http://migre.me/wcYVJ>
- Articulação das Semas DF e GO <http://migre.me/wcYWC>
- Programas do Governo de Brasília para recuperação de nascentes e matas ciliares <http://migre.me/wcYZq>



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
Conselho de Recursos Hídricos

Em nome do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal fazemos um chamamento a toda a população do Distrito Federal para um novo Pacto em união aos esforços em curso, coordenados pelo governo de Brasília, para a superação desta crise. Reforçamos a importância do papel deste Conselho de Recursos Hídricos como espaço de concertação, diálogo, de transparência, regulação e controle social na gestão dos recursos hídricos no DF.

Urge por fim que seja procedida uma avaliação responsável e consistente acerca da eficácia e efetividade do Sistema Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos para garantir a segurança hídrica no DF<sup>21</sup>, e para que não tenhamos que passar por outras crises tão ou mais graves que a atual, sobretudo se considerarmos os cenários climáticos futuros a que estaremos submetidos<sup>22</sup>.

Brasília, 9º dia do Mês de Março (das Águas) de 2017.

**André Lima - Presidente do CRH**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal**

---

<sup>21</sup> Lei 512 de 1993 [http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=48471](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=48471)  
- Lei 2725 de 2001 <http://migre.me/wcZ7g>

<sup>22</sup> Veja Publicação recente da SEMA a respeito dos cenários para a região do DF e entorno: “Mudança Climática no DF e RIDE, produzida por pesquisadores do Inpe, do INMET e da Universidade de Brasília (UnB)” <http://migre.me/wcZeZ>